

A crítica ao historicismo e ao cientificismo metódico

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Conhecer as críticas postas ao historicismo enquanto forma de abordagem do processo histórico.
- Dialogar com a produção filosófica e historiográfica crítica ao Historicismo Alemão nos séculos XIX e XX
- Ver as diferentes críticas que se efetuam em relação aos fundamentos e à prática da Escola Metódica pela historiografia europeia.

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - Concepções Críticas sobre o Historicismo
- SEÇÃO 2 - A Crítica ao Historicismo Alemão
- SEÇÃO 3 - A Crítica à Escola Metódica

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Depois de você ter percorrido o longo caminho na construção de uma perspectiva consistente sobre o historicismo e a historiografia metódica na Europa do século XIX, é hora de saber que houve, já no próprio século XIX e também no século XX, um conjunto de críticas muito duras e consistentes contra o historicismo e contra a visão metódico-cientificista de História.

Na *Seção 1*, você conhecerá as críticas postas ao historicismo enquanto forma de abordagem do processo histórico, feitas por diferentes pensadores europeus.

Já na *Seção 2*, dialogará com a produção filosófica e historiográfica crítica ao historicismo alemão nos séculos XIX e XX.

Finalmente, na *Seção 3*, você verá as diferentes críticas que se efetuam em relação aos fundamentos e à prática da Escola Metódica pela historiografia europeia.

É um percurso mais complexo, mas de fundamental importância para que você compreenda as bases da escrita da História na contemporaneidade, não apenas na Europa, mas também aqui no Brasil.

SEÇÃO 1

CONCEPÇÕES CRÍTICAS SOBRE O HISTORICISMO

Nesta Seção 1, da Unidade IV, você tomará conhecimento do embate entre diversas concepções historicistas e críticas ao historicismo e constatará que, embora o debate sobre a questão do historicismo seja posterior ao período estudado nesta disciplina, o século XIX, sua análise neste momento é fundamental para que se perceba a dimensão do pensamento histórico da Escola Alemã, dentre outros.

O historicismo tem suas origens no termo *historicismo*, que surge pela primeira vez possivelmente em 1881, em um trabalho de Karl Werner sobre o pensador italiano Giambattista Vico, "significando o conjunto de posições que, no século XVIII, valorizavam o conhecimento histórico, em

contraposição ao racionalismo a-histórico cartesiano" (WEHLING, 1994, p. 13), nomeando um fenômeno já com mais de um século de existência.

Mais tarde, Ernest Troeltsch associou estreitamente o historicismo com o relativismo e o ceticismo, em dois livros da década de 1920. Pairava, porém, uma grande confusão e um intenso debate sobre o conceito, o que leva Heussi, em 1932, a dizer que "a confusão é tanta que ninguém deveria utilizar o termo sem antes precisar o que entende por ele" (WEHLING, 1994, p. 15).

O primeiro livro a abordar a formação do historicismo foi o de Friedrich Meinecke, *Die Entstehung der Historismus* (As origens do historicismo), de 1936.

A obra de Meinecke procura mostrar que o historicismo voltou-se essencialmente contra o jusnaturalismo e todas as formas de racionalismo que procuravam eliminar a diferença e a singularidade na história, o que implicava em recusar leis explicativas para o processo histórico. Ele próprio, como historiador, entendia-se historicista por recusar tanto normas gerais com caráter de leis científicas como aproximações tipológicas, à maneira de Weber. (WEHLING, 1994, p. 15)

O tema também foi abordado na crítica que os marxistas ocidentais e integrantes da escola de Frankfurt fizeram à radicalização introduzida no pensamento marxista nas décadas de 1920 e 1930 pela Segunda e Terceira Internacional e pelo marxismo da URSS, que o considerava uma ciência universal da história e da natureza.

A aproximação implícita entre marxismo e positivismo foi combatida pelos chamados "marxistas ocidentais", particularmente nas críticas de Lucácks e Grasmci a Bukharin (1921). Quando procuravam recuperar o caráter 'historicista' (aqui, sinônimo de relativista) do marxismo, em oposição ao que lhes parecia a redução de uma teoria social à ciência natural, com sua conseqüente subestimação da subjetividade e, por extensão, da consciência de classe. No mesmo sentido avançaram, no final da década de 1920, os autores da chamada "escola de Frankfurt", particularmente, à época, Max Horkheimer, igualmente refutando a interpretação determinista. (WEHLING, 1994, p. 16-17)

Outro momento de destaque na construção e no debate do conceito é a apreensão que dele faz Raymond Aron, principalmente em sua *Introdução à filosofia da história*, de 1938, obra que tem como subtítulo "Ensaio sobre os limites da objetividade histórica".

Sua proposta era a de fazer uma "filosofia histórica" oposta ao racionalismo e ao positivismo. Sem procurar refutar explicitamente o historicismo, propunha-se a anular alguns de seus efeitos, como o fatalismo, o ceticismo e o relativismo. [...] Rebatendo de antemão eventuais críticas de anarquia intelectual ou ecletismo, Aron argumentava que seu pluralismo, cientificamente válido, só não seria aceito por aqueles prisioneiros de uma concepção teológica da verdade. (WEHLING, 1994, p. 18)

Porém o ponto alto e mais radical da polêmica sobre o historicismo se dá com a publicação, em 1944, do livro de Karl Popper, *A miséria do historicismo* (POPPER, [s.d.]), que

Entendia por historicismo as teorias que admitiam a previsão social em todas as ciências sociais, fundamentadas na existência de leis científicas, de caráter newtoniano, indiferentemente de possuírem ou não feição naturalista. O autor chega a bipartir as correntes historicistas em pró ou anti-naturalistas, conforme admitam ou rejeitem a redução dos fenômenos sociais aos biológicos. [...]

Sua crítica, como ele mesmo observa, não se refere ao conjunto do historicismo, isto é, aos problemas do conhecimento histórico – relativismo, anti-racionalismo, ceticismo, etc. – em suas várias acepções (ontológica, epistemológica, metodológica), mas tão somente a uma feição específica de teses sobre previsibilidade histórica. (WEHLING, 1994, p. 19)

Popper, em sua polêmica com o historicismo alemão do século XIX, levanta as suas cinco teses anti-historicistas:

1. O curso da história é fortemente influenciado pelo crescimento do conhecimento humano;
2. Não é possível prever, com o uso de métodos racionais ou científicos, a expansão futura do conhecimento científico;
3. Em consequência, não é possível prever o futuro curso da história;
4. Em consequência, deve-se rejeitar a possibilidade de uma História teórica, pois não pode existir uma teoria científica do desenvolvimento histórico para basear o futuro curso da história e sua predição;
5. O objeto fundamental dos métodos historicistas (a previsão) está mal colocado e o historicismo se aniquila. (POPPER, apud WEHLING, 1994, p. 19-20)

A crítica de Popper se dirige, então, "Contra todas as posições teóricas que admitem algum padrão para o desenvolvimento histórico, isto é, contra uma 'filosofia material da história' que retirasse dela própria seu motor e sua explicação".

A seguir, sua crítica volta-se contra a "tradição iluminista da história", com ênfase da refutação às posições de Kant e Hegel, visando dois alvos:

a macro teleologia histórica, como a sucessão de "fases" históricas de qualquer natureza (cognitiva, no positivismo; de produção, no marxismo; cultural, no evolucionismo antropológico) e o papel desalienante atribuído à história; e a manipulação política do conhecimento histórico que o historicismo hegeliano ensejou ao nazismo e ao estalinismo. (POPPER, apud WEHLING, 1994, p. 20)

Finalmente, é oportuno analisar as contribuições de Adam Schaff e G. H. Nadel para a polêmica em questão.

SCHAFF (1982) aborda a questão do historicismo sob o viés marxista, com eixo na questão da relatividade do conhecimento. Para ele,

O historicismo marxista implica admitir que entendemos o presente como resultado das mutações do passado e ponto de partida de mutações para futuro; conseqüentemente, “a explicação genética é fatal em história” e a idéia de mutação de valores, normas, etc. conduz à negação de princípios absolutos, podendo arrastar a interpretação ao relativismo (subjetivista). [...]

As principais características do historicismo marxista seriam, para Schaff:

- a) apreensão radicalmente historicista de toda a realidade natural e social (historicidade essencial à própria realidade e não apenas às representações da realidade no espírito);
- b) submissão de todos aos mesmos processos de mutações sucessivas, o que torna genética a explicação histórica;
- c) desenvolvimento, no processo de mudanças históricas, de formas inferiores em superiores;
- d) fluir dialético, à luz da fundamentação ontológica materialista, do próprio mundo e de sua representação;
- e) caráter concreto da verdade científica (e, portanto histórica), entendida como a consideração das condições de tempo e lugar – ao contrário da abstração, que as denegaria. (WEHLING, 1994, p. 21-22)

Já G. H. Nadel aborda uma questão crucial ao historicismo, ao ressaltar o fato de que “a partir dele, os acontecimentos históricos deveriam ser estudados como fenômenos próprios e não mais, como antes, à guisa de ilustração moral e política”.

Esta “descoberta de um território próprio à história” se fundamenta em dois pressupostos básicos, que definem o campo metodológico e o espaço do conhecimento histórico:

- a) a exigência de que os fenômenos históricos deveriam ser explicados em função do momento em que ocorriam;
- b) o suposto de que este novo campo deveria ser estudado por uma ciência específica, com processos lógicos. (WEHLING, 1994, p. 22)

A partir dessa construção, Nadel não apenas constitui um campo específico para a história, mas também constrói um espaço para alicerçar a radicalização do anti-racionalismo, isto é, o historicismo.

Dessa breve panorâmica da polêmica sobre o historicismo, fica bastante clara a falta de unidade e precisão conceitual sobre o termo, assim como a sua apropriação diversa e específica feita pelos diversos autores. Tal situação torna-se mais evidente na crítica ao historicismo alemão, que você vai trabalhar agora na *Seção 2*.

SEÇÃO 2

A CRÍTICA AO HISTORICISMO ALEMÃO

No campo da crítica filosófica à produção do conhecimento histórico, no historicismo alemão figuram como principais expoentes Dilthey e Max Weber.

Dilthey tem como questão central a negação do cientificismo naturalista em História, e a constrói pela distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais, estas últimas chamadas de “ciência do espírito”.

Seu **primeiro critério** para essa distinção é o de que, na “ciência do espírito”, as ciências culturais e históricas, o sujeito e o objeto são idênticos, ou seja, nelas o homem estuda a si mesmo, de maneira diferente do que ocorre nas ciências naturais, onde o objeto é natural, necessariamente exterior ao homem: os planetas, o oceano, a terra, os seres vivos, os elementos químicos etc.

Na “ciência do espírito” há identidade entre sujeito e objeto, o que põe o problema da objetividade em parâmetros absolutamente diferentes dos postos às ciências naturais, que estudam objetos que são exteriores ao cientista. Assim, essa identidade entre sujeito e objeto coloca o problema da objetividade nas ciências sociais num patamar completamente novo em relação ao que havia até então.

O **segundo critério** depende claramente do primeiro. Ao contrário das ciências naturais, em que os juízos de fato são obtidos pela aplicação, de forma “neutra”, ausente de juízo de valor, de um método “científico” a um objeto natural, na “ciência do espírito” os juízos de fato e os juízos de valor são inseparáveis. Isso porque o sujeito cultural tem seu próprio conjunto de valores, que inevitavelmente estará presente em sua análise da história, da cultura e da sociedade.

Já o **terceiro critério** que Dilthey utiliza para caracterizar as ciências sociais é o de que esta “ciência do espírito” possui a necessidade intrínseca de, além de caracterizá-los, compreender os fatos sociais e históricos que constituem o seu objeto. Para ele, enquanto a ciência natural se limita a dar uma caracterização explicativa exterior aos fenômenos, o cientista social e o historiador têm que compreender o fenômeno, isto é, chegar à descoberta e à atribuição de seu significado.

A partir daí, Dilthey conclui que os conhecimentos produzidos pela

“ciência do espírito” são verdades e conhecimentos necessariamente relativos.

Ele se dá conta da profunda contradição que perpassa a “ciência do espírito”, a qual, se por um lado, pretende construir um conhecimento objetivo, válido e universal, por outro lado cada obra produzida por ela está intrinsecamente ligada à visão de mundo de quem a produziu. A obra produzida se expressa, assim, de uma maneira limitada, parcial, unilateral de conhecer a realidade social e histórica, determinada pelos horizontes do pesquisador, que impõe limites ao conhecimento.

Dilthey não se propõe a resolver essa questão pela maneira mais fácil – o ecletismo -, isto é, aquela que afirma que, se todo mundo tem uma parcela de verdade em sua leitura da história e da sociedade, bastaria agregar as diferentes leituras para se chegar à verdade completa. Ele nega enfaticamente essa solução, considerando-a como fraca, vulgar e medíocre, preferindo afirmar o relativismo de maneira muito coerente, mesmo com os impasses que este carrega em relação à plena objetividade da “ciência do espírito”.

Mas isso não quer dizer que Dilthey não percebeu os perigos postos em um relativismo total que, para ele, conduziria ao ceticismo, ou seja, à descrença na possibilidade de qualquer conhecimento objetivo na “ciência do espírito”, desaguando na postura que prega a inexistência de uma verdade objetiva. Considera, assim, que cada um tem a sua verdade e que não existe a possibilidade de conhecimento da realidade em si. Esse ceticismo seria a anulação da prática científica, ao fazer com que todas as coisas, histórica e socialmente, tenham o mesmo valor. É importante destacar que Dilthey recusa o ceticismo, porém não propõe uma solução viável para o enfrentamento de tal problema.

No campo específico da História, Dilthey nega os fundamentos da prática historiográfica hegemônica em seu tempo e afirma a possibilidade de produção de conhecimento histórico, mesmo dentro do relativismo.

Dilthey começou por criticar os conceitos fundamentais do historicismo de Humboldt e Ranke: alma popular (Volksseele), espírito do povo (Volksgeist), nação, organismo social, são para ele conceitos “místicos”, inúteis para a história. Depois, pensou que era possível o conhecimento nas ciências do espírito – nelas compreendendo a história – porque a vida “se objectiva” em instituições como a família, a sociedade civil, o Estado, o direito, a arte, a religião, a filosofia. No fim da vida (1903), pensava atingir o fim de sua investigação para fazer ‘uma crítica da razão histórica’. Acreditava que a ‘visão histórica do mundo (geschichtliche Weltanschauung) era a libertadora do espírito humano a quem tirava as últimas cadeias, que as ciências da natureza e a filosofia não tinham tirado’. (LE GOFF, 1985, p. 208-209)

Embora tenha um sido um crítico de Von Ranke e do historicismo, a postura de Dilthey em relação a ele acaba sendo ambígua. Ou seja, não se trata de negar o historicismo rankeano, mas de ultrapassá-lo.

Outra figura de destaque no campo da crítica filosófica ao otimismo historicista alemão foi Max Weber. Ele é considerado um dos grandes intelectuais alemães da contemporaneidade. Foi, além de sociólogo, também filósofo e historiador. Sua teoria pode ser sintetizada, no dizer de Raymond ARON (1964, p. 256, *apud* LE GOFF, 1985, p. 209), da seguinte forma:

Todas as polémicas de Weber têm como objetivo demonstrar a sua teoria, afastando todas as concepções que a pudessem ameaçar. A história é uma ciência positiva; esta proposição é posta em dúvida: a) pelos metafísicos, conscientes ou inconscientes, assumidos ou envergonhados, que usam um conceito transcendente (liberdade) na lógica da história; b) os estetas e/ou os positivistas que partem do pressuposto que só há ciência e conceitos do geral, sendo o indivíduo apenas susceptível de ser apreendido intuitivamente. A história é sempre parcial, porque o real é finito, porque a investigação histórica muda com a própria história. “Põem em perigo essas proposições: a) os naturalistas” que proclamam a lei como único fim da ciência ou pensam esgotar o conteúdo da realidade por meio de um sistema de relações abstractas; b) os historiadores ingênuos que, inconscientes dos seus valores, imaginam descobrir no próprio mundo histórico a selecção do importante e do accidental; c) todos os metafísicos que julgam ter apreendido de modo positivo a essência dos fenômenos, as forças profundas, as leis do todo que comandaria o devir, acima dos homens que pensam e julgam agir.

Weber constrói, assim, uma crítica radical do historicismo alemão do século XIX em suas duas grandes vertentes historiográficas: a do idealismo e a do positivismo em história.

Outra postura crítica ao historicismo alemão é a do relativismo histórico mais recente, de Ernst Troeltsch e Friederich Meinecke. Troeltsch e Meinecke foram os introdutores do termo *historicismo* (ainda como *historismo*) na análise do movimento historiográfico que tem em Von Ranke seu maior expoente.

De acordo com LE Goff (1985, p. 209), Troeltsch, autor de *O triunfo do historismo*, de 1924,

Pensava, com Ranke, que não há uma história, mas histórias, e quis superar o dualismo básico do historicismo: o conflito entre natureza e espírito, acção sob o impulso da força (krátos) e acção segundo a justificação moral (étos), consciência historicista e necessidade de valores absolutos.

Já Meinecke, autor de *As origens do historismo*, de 1936, possui uma visão diferente da de Troeltsch no campo do dualismo historicista:

Meinecke aceita este dualismo. Considera o historicismo 'o mais alto grau atingido na compreensão das coisas humanas'. Sem dúvida que pára, como notou Carlo Antoni, antes da dissolução da razão e da fé no pensamento, princípio de unidade da natureza humana, devido ao humanismo mantido por Ranke. (LE GOFF, 1985, p. 210)

Le Goff vê em Troeltsch e Meinecke "túmulos à glória do historicismo".

Finalmente, outro pensador contemporâneo que abordou a questão do historicismo foi Karl Manheim, sociólogo do conhecimento húngaro bastante influenciado pelo filósofo marxista George Lukács. Para Manheim, toda forma de conhecimento ou de pensamento está ligada ou dependente de uma posição social determinada, ou de um determinado ser social. Embora essa tese já tenha sido enunciada por Dilthey e Troeltsch, em Manheim tal postura é fortemente influenciada pelo pensamento de Karl Marx, especificamente por relacionar os conhecimentos, as ideologias e as utopias sociais e históricas com lugares sociais determinados, as classes sociais, de maneira particular.

A seguir, na *Seção 3*, você verá o conjunto de críticas mais importantes que se colocam em relação ao desdobramento do historicismo na *Escola Metódica francesa*, com sua postura racionalista e cientificista.

SEÇÃO 3

A CRÍTICA À ESCOLA METÓDICA

Uma das questões mais polêmicas no que se refere à análise da Escola Metódica diz respeito ao caráter de "ciência" da escrita da História. Essa questão deriva da pretensão à cientificidade do "método histórico" de Langlois e Seignobos e da prática e pressupostos cientificistas dos historiadores metódicos da França no século XIX.

Uma primeira coisa a ser esclarecida é que a alcunha de "positivista", dada como sinônimo de "metódico" no campo corrente da historiografia, se refere mais à proposta de Leopold Von Ranke sobre a História como uma "ciência positiva", do que ao Positivismo, conforme proposto pelo sociólogo francês Augusto Comte (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 112-117 passim).

Se há uma História "positivista", ela não é a de Monod, Langlois

e Seignobos e os demais historiadores metódicos da França. Poderia ser localizada, talvez, no pensamento do historiador Louis Bourdeau, expresso em *A História e os Historiadores: ensaio crítico sobre a História considerada como ciência positiva*, de 1888.

Bourdeau, discípulo de Augusto Comte, coloca suas idéias num plano filosófico, vendo a história como o desenvolvimento da razão humana, que tem como objeto “a universalidade dos fatos que a razão humana dirige ou de que sofre a influência”. Ele adota o modelo sociológico de Comte e elege os movimentos populacionais, as formas do espaço social, as maneiras de alimentação, enfim, as atividades humanas em todas as suas manifestações como objetos de estudo pela História.

Por outro lado, suas concepções desprezam o acontecimento singular, o fato, e os personagens ilustres: “É preciso que os aristocratas da glória se apaguem cada vez mais perante a importância das multidões. Ocupemo-nos das massas” (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 113).

Ainda por influência de Comte, Bourdeau vê na História científica o objetivo de investigar o conjunto de leis que determinam o desenvolvimento da espécie humana. Essas leis são classificadas em três grupos:

1. As *Leis de Ordem*, que revelam a semelhança das coisas.
 2. As *Leis de Relação*, que enunciam que as mesmas causas geram os mesmos efeitos.
 3. A *Lei Suprema*, que regula o curso da História.
- É evidente que isso se constitui numa filosofia da história fortemente determinista, que pretende “ao mesmo tempo reconstituir o passado e prever o futuro” (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 113).

Ora, essa visão é diametralmente oposta àquela proposta pelos historiadores metódicos franceses da segunda metade do século XIX. Se, como contraponto, for analisado o Manifesto, que abre a *Revista Histórica*, em 1876³, veremos que ali Gabriel Monod também emprega o termo “ciência positiva”, mas numa acepção completamente diferente daquela expressa por Bourdeau.

Monod enuncia as linhas da *Revista Histórica*, que são também as linhas da Escola Metódica, em relação à cientificidade, da seguinte maneira: “A nossa Revista será uma recolha de ciência positiva e de livre discussão; todavia, não abandonará o domínio dos factos e permanecerá fechada às teorias políticas e filosóficas” (MONOD, in BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 113).

³ Os trechos principais do Manifesto estão no ANEXO II.

Quando toma contato com as idéias históricas de Bourdeau, Monod diz a seu respeito, num primeiro momento, na edição 13, de 1888, da *Revista Histórica*: "A história nunca será senão uma ciência descritiva que opera sobre elementos sempre fugitivos, em mutação e em devis perpétuos. Quando muito poder-se-ia compará-lo à meteorologia". (*apud* BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 113).

Mais tarde, porém, tentando aproximar a História das demais ciências sociais, Monod refaz sua apreciação sobre Bourdeau, afirmando que sua obra não teria toda a fama que merecia, principalmente por sua articulação com a Sociologia.

Os adeptos da Escola Metódica retiram o termo "ciência positiva", como já foi dito, das idéias de Leopold Von Ranke (Veja a Unidade III, Seção 1, p. 21-23), cuja influência é assumida e explícita. Depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, vários jovens historiadores do grupo que mais tarde formaria a Escola Metódica, como Monod, Lavissee, Seignobos e outros, foram estudar na Alemanha. Ali tomaram contato e receberam influências do historicismo de Mommsem, Von Sybel e outros. Mas a grande influência, sem dúvida nenhuma, veio das teses de Leopold Von Ranke. Ora, o corolário das teses de Von Ranke é o de que, como "ciência positiva", a História pode chegar à objetividade científica e conhecer a verdade histórica de um passado com existência objetiva.

Porém essa pretensa objetividade científica sofre um abalo consistente quando posta em confronto com a prática dos historiadores metódicos e da *Revista Histórica* no campo político. Republicana e laica, a *Revista* toma partido de governos oportunistas na França; abre polêmicas com monarquistas e com a Igreja Católica ultramontana. Lavissee, em sua *História da França*, arquiteta e expressa a mitologia do Estado-Nação burguês, que teria sido originado nos gauleses e merovíngios, teria sua consolidação na dinastia dos Capetos e teria seu apogeu na República democrática e nacional (veja a semelhança com a construção mítica do Estado-Nação brasileiro, com suas origens em Cabral, sua sistematização no Império Órleans e Bragança e sua consolidação na República de Deodoro e Peixoto). O uso dos manuais escolares, como já foi visto, criava o espírito patriótico e o orgulho nacional contra os inimigos da Pátria, os bárbaros germânicos da Alemanha.

Com essas práticas, quase nada das propostas de imparcialidade

científica subsiste, e o que resta é um discurso ideológico burguês e republicano, de justificativa do Estado e do nacionalismo chauvinista.

E é nessa contradição entre “positividade científica” e uma prática ideológica engajada que está centrada a maioria das críticas à Escola Metódica. BOURDÉ & MARTIN (1990, p. 115-116) elencam um conjunto de posições críticas à historiografia metódica francesa. A mais contundente delas vem da Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre, e se subdivide em quatro pontos principais:

1. A Escola Metódica só privilegia os documentos escritos (decretos, cartas, relatórios, tratados etc.) em detrimento dos documentos não escritos (vestígios arqueológicos, séries estatísticas etc.), que igualmente informam sobre a vida em sociedade dos homens no passado.

2. A Escola Metódica põe toda ênfase no fato, no acontecimento singular, ocorrido na curta duração temporal (por exemplo, a tomada da Bastilha); ao passo que é mais importante conhecer a vida estrutural das sociedades, que se revela por fatos comuns, repetitivos e mensuráveis, que se desenrolam num tempo estrutural de longa duração (por exemplo, a cultura do trigo).

3. A Escola Metódica privilegia os fatos políticos, militares e diplomáticos (p. ex., o assassinato de Henrique IV, a Batalha de Austerlitz e a Paz da Westfália) e despreza os fatos sociais, culturais e econômicos (como os direitos senhoriais, a religiosidade jansenista e a inovação do moinho de vento).

4. A Escola Metódica tem uma “prudência vacilante”, é arisca ao debate, renuncia à interpretação e à síntese.

Entretanto, apesar de toda sua contundência, a crítica dos Annales não toca no ponto central da objetividade científica na História, expressa na contradição entre a neutralidade científica do historiador e os preconceitos políticos dos historiadores metódicos.

O pensamento relativista, ou presentista, frequente na historiografia britânica e norte-americana nas décadas de 1930 e 1940, faz uma crítica da historiografia metódica de conteúdo mais radical, ao refutar os pressupostos teóricos de Leopold Von Ranke.

Charles Béard enuncia em *The American History Review*, vol. LXIII, nº3, de 1937, com todas as letras, que a pretensão científicante se traduz fundamentalmente numa opção de caráter ideológico: “Que

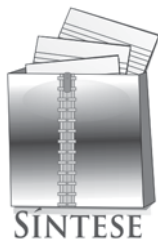
é feito desse historicismo que permitia ao historiador imaginar que se pode conhecer a história tal como se desenrolou realmente? Essa filosofia – porque essa corrente é uma filosofia, mesmo se negava a filosofia – sofreu um fracasso”.

Já o materialismo histórico centra suas críticas na impossibilidade da neutralidade do historiador. Para Marx essa neutralidade é impossível, embora pretextada no discurso filosófico. Na *Ideologia Alemã*, MARX e ENGELS (1987, p. 36-37), ao pensarem sobre o processo do conhecimento, constatam que a consciência humana é, por um lado, socialmente determinada: “São os homens que são os produtores de suas representações, das suas idéias (...) mas os homens reais, atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e das relações que se lhes correspondem”.

Nas *Teses contra Feuerbach*, por outro lado, Marx defende que a produção do conhecimento é uma atividade não abstrata, mas concreta e ligada a uma *práxis*: “O principal defeito até aqui de todos os filósofos (...) é que, para eles, a realidade e o mundo sensível só são compreendidos sob a forma de objeto ou de intuição, mas não enquanto atividade humana concreta, não enquanto prática” (MARX, in GIANOTTI, 1978, p. 51).

Assim, nesta perspectiva, não haveria como o historiador, o ser que conhece e produz conhecimento, ser imparcial, posto que pertence a um grupo profissional, uma classe social, uma comunidade nacional, e pode, consciente ou inconscientemente, vir a defender seus valores e interesses, enfim a sua ideologia. Isso explicaria por que as posições ideológicas dos historiadores metódicos defendem os interesses burgueses, republicanos e liberais.

Todavia, apesar de seus evidentes limites e claras dimensões político-ideológicas, a escola metódica conseguiu, no início do século XX, ser hegemônica em França e nos países sob sua influência científico-cultural (inclusive o Brasil), como uma visão “científica” e neutra da escrita da história. Tal hegemonia só foi posta em questão com a escola de *Annales*, na França, e com a internacionalização do materialismo histórico. Mesmo assim, os seus pressupostos ainda estão muito arraigados na produção historiográfica contemporânea, principalmente naquela voltada para a escola básica.



SÍNTESE

A Unidade IV construiu uma breve síntese das posições críticas ao Historicismo Alemão e à Escola Metódica Francesa, posições elaboradas por pensadores e historiadores dos mais diferentes campos teóricos e que possuem em comum a crítica à dissimulação da ideologia presente nos discursos historicistas. Com esta síntese, você conclui seu curso de Teoria da História II. No próximo semestre você irá estudar as correntes historiográficas que se opuseram mais explicitamente às concepções científicas da Escola Metódica: o materialismo histórico e dialético de Karl Marx e seus seguidores, e a Escola de Annales, de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, dentre outros.

Até lá!!! Bom estudo e não se esqueça de realizar as atividades de avaliação, tanto aqui do fascículo, quanto da Plataforma Moodle.



ATIVIDADES

1. Depois de tudo que você já observou e tomou contato em relação à crítica ao historicismo e à *Escola Metódica*, construa a sua própria crítica às seguintes posturas:
 - a. O Historicismo de Leopold Von Ranke;
 - b. A Escola Metódica Francesa.

PALAVRAS FINAIS

Parabéns!!! Você concluiu o estudo da disciplina Teoria da História II. Foi uma longa caminhada, nos tempos e nos espaços das concepções e formas de escrita da História no Europa do final do século XVIII e no século XIX.

Você percorreu um longo trajeto, que lhe permitiu conhecer desde as concepções históricas de Jules Michelet, que, de certa forma, é o precursor da historiografia contemporânea, passando pela complexa e difusa conceituação de historicismo e o debate teórico sobre esta questão. Viu o desenvolvimento do historicismo alemão da primeira metade do século XIX em Von Humboldt, Von Ranke e na Escola Prussiana. Teve noções, também, do pensamento histórico de Hegel, marcado por sua lógica de cunho dialético e seu idealismo filosófico articulados historicamente. Além disso, analisou a historiografia metódica francesa, com sua postura cientificista, nacionalista e colonialista.

Mas também viu que os pressupostos nacionalistas e cientificistas do historicismo e da Escola Metódica foram objeto de crítica contundente tanto pela Filosofia quanto pela Historiografia posterior, principalmente em relação à sua instrumentação ideológica. Constatou, também, que essas críticas foram enunciadas em lugares historiográficos bastante diversos, como o presentismo americano, a *Escola de Annales* e o materialismo histórico de Marx e seus seguidores.

No total de sua caminhada nesta disciplina, você deve ter percebido que a escrita da História é um produto social, determinado não apenas pelo passado, mas pelo uso do passado como legitimador de posturas culturais, sociais, políticas e religiosas. Deve ter sentido o alerta implícito ao longo do curso da necessidade de reconhecer os componentes ideológicos presentes em toda escrita da História e da ainda maior necessidade de não se deixar instrumentalizar pelos usos ideológicos do conhecimento histórico em sua prática docente.

Mas o que se espera, mesmo, é que você possa ter alargado seus horizontes e construído um olhar crítico sobre a escrita da História como produção instrumental e dotada de intencionalidade, visto que isso não é totalmente negativo. Humaniza a História, coloca-a como saber humano, feita e escrita por seres humanos para outros seres humanos, nessa luta

constante que é o construir cotidiano de identidades pessoais, culturais, políticas, religiosas ou nacionais.

Histórico, sim, mas humano, irredutivelmente humano.

No próximo semestre você terá um novo encontro com a Teoria da História, no curso de Teoria da História III. Você verá ali as reações ao historicismo cientificista na historiografia do século XIX e do início do século XX, com o estudo do materialismo histórico e dialético de Karl Marx e seus seguidores, e da *Escola de Annales* francesa, de Marc Bloch e Lucien Febvre.

Até lá e continue perseverando nesse caminho, às vezes árduo, às vezes cansativo, às vezes desanimador, mas que ao seu final certamente lhe trará a recompensa de um aperfeiçoamento profissional e, o que é muito mais importante, um crescimento pessoal qualitativamente superior em sua maneira de ver, produzir e ensinar História.

Deus o (a) abençoe!!!

REFERÊNCIAS

- APPLEBY, Janet; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **La verdad sobre la historia**. Barcelona: Editorial Andres Bello Española, 1994.
- BARTHES, Roland. **Michelet**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 4 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- BOURDÉ, G. & MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1990.
- BOURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; Ed. da UFRJ, 1998.
- BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1982.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987.
- CARDOSO, Ciro F. **Uma introdução à história**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. Col. Primeiros Vãos, 2.
- CARDOSO, Ciro F; BRIGNOLI, Héctor P. **Os métodos da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3 ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia; a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CHAUNU, Pierre. **A História como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história**. Lisboa: Presença, 1981.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. 3 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GIANNOTTI, J. A. (org.) Karl Marx. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

- HOBBSAWN, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LANGLOIS, C.-V. & SEIGNOBOS, C. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.
- LEFORT, Claude. **As formas da história**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LE GOFF, Jacques (coord.). **Enciclopédia Einaudi, vol.1. – Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LE GOFF, Jacques. (dir.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques; NORA, P. (comp.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques; NORA, P. (comp.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques; NORA, P. (comp.). **História: novos objetos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MICHELET, Jules. **A Bíblia da Humanidade**. São Paulo: Ediouro, 2001.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**. Bauru: Edusc, 2001.
- SOUZA, Daniel de. **Teoria da História e conhecimento histórico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: Edusc, 2000.
- VEYNE, Paul. **Historie**, in **Encyclopaedia Universalis**, vol. VIII. Paris: Encyclopaedia Universalis France, 1968.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. Lisboa: GRADIVA, 1989.
- WHITE Hayden. **Meta-história**. São Paulo: Edusp, 1992.
- WHITE Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2001.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO

A Janaína é formada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Apaixonada por livros e leitura desde pequena, filha de um pai jornalista e de uma mãe professora, sempre gostou de estudar, com uma aproximação especial as questões teóricas. Professora de Ensino Médio e Fundamental, trabalha com Teoria de História e Metodologia do Ensino de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MARCO AURÉLIO MONTEIRO PEREIRA

Meu nome é Marco Aurélio Monteiro Pereira, casado com Melissa, pai do Neil Neto e avô do Davi e do Pedro. Sou professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa desde 1989, onde leciono Teoria da História e História da Arte. Sou Bacharel e Licenciado em História e Mestre em História do Brasil pela UFPR, de Curitiba. Meu trabalho acadêmico de pesquisa se concentra, atualmente, depois de uma passagem pelas áreas de História e Ensino e História da Alimentação, na História do Protestantismo, com ênfase no estudo sobre os primórdios do Presbiterianismo no Brasil, no século XIX. Além da formação em História, sou Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sulbrasileira, em Curitiba, e Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Para contatos, meu e-mail é mapereira@uepg.br.

RODRIGO CARNEIRO DOS SANTOS

Sou graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e aluno regular do programa de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, da mesma instituição. Sou professor colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa desde 2004, com três anos de atuação em cursos de graduação como Bacharelado em História, Licenciatura em História, Jornalismo, Serviço Social e Ciências Econômicas. Estou em fase de conclusão do mestrado, desenvolvendo pesquisa nas temáticas de Identidade e Religiosidade. Além de lecionar, atuei como assessor técnico de planejamento estratégico nos anos de 2000 a 2003, na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, participando da elaboração e execução de projetos técnicos em gestão pública. Tenho particular interesse pelas áreas de Teoria da História, História Medieval, História Contemporânea, Identidades, Política e Religiosidade. Possuo artigos publicados em periódicos, anais de eventos e revistas científicas, nas temáticas de movimentos sociais, identidade, religiosidade, política e democracia.

ANEXOS

ANEXO 1

J. MICHELET - PREFÁCIO À HISTÓRIA DA FRANÇA, DE 1869

Prefácio à *História de França, 1869.*

Jules MICHELET

Esta obra laboriosa de cerca de quarenta anos foi concebida num momento, no relâmpago de Julho. Nesses dias memoráveis, fez-se uma grande luz e vi a França.

Tinha anais e não uma história. Homens eminentes tinham-na estudado sobretudo sob o ponto de vista político. Ninguém penetra no infinito detalhe dos desenvolvimentos diversos de sua actividade (religiosa, econômica, artística, etc.). Ninguém a tinha abrangido com o olhar na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa.

O ilustre Sismondi, esse perseverante trabalhador, honesto e judicioso, nos seus anais políticos, ergue-se raramente aos pontos de vista de conjunto. E, por outro lado, não entra nas investigações eruditas. Ele mesmo confessa lealmente que ao escrever em Genebra não tinha à mão nem as actas nem os manuscritos.

De resto, até 1830 (até mesmo 1836), nenhum dos historiadores notáveis dessa época sentiu ainda a necessidade de procurar os factos fora dos livros impressos, nas fontes primitivas, a maioria inéditas então, nos manuscritos das nossas bibliotecas, nos documentos dos nossos arquivos.

Esta nobre plêiade histórica que, de 1820 a 1830, lança um tão grande brilho, os srs. de Barante, Guizot, Mignet, Thiers, Augustin Thierry, encarou a história por pontos de vista especiais e diversos. Fulano preocupou-se com o elemento de raça, sicrano pelas instituições, etc., sem verem talvez suficientemente como estas coisas se isolam dificilmente, como cada uma delas reage sobre as outras. A raça, por exemplo, continua ser idêntica sem sofrer a influência dos costumes mutantes? Podem as instituições estudar-se suficientemente sem ter em conta a história das idéias, de mil circunstâncias sociais de que surgem? Estas especialidades sempre têm algo de um pouco artificial, que pretende esclarecer, e todavia pode dar falsos perfis, enganar-nos sobre o conjunto, tirar-lhe a harmonia superior.

A vida tem uma condição soberana e muito exigente. Só é

verdadeiramente a vida quando está completa. Os seus órgãos são todos solidários e só actuam em conjunto. As nossas funções ligam-se, supõem-se uma à outra. Falte apenas uma e nada vive mais. Outrora julgava-se poder pelo escalpe isolar, seguir à parte cada um dos nossos sistemas; isso não é possível porque tudo influi sobre tudo.

Assim, ou tudo ou nada. Para encontrar a vida histórica seria preciso segui-la pacientemente em todas as suas vias, todas as suas formas, todos os seus elementos. Mas também seria preciso, com uma paixão ainda maior refazer e restabelecer os jogos de tudo isto, a acção recíprocas destas porcas diversas num poderoso movimento que se tornaria a própria vida.

Um génio de quem tive, não o génio sem dúvida, mas a violenta Vontade, Géricault, ao entrar no Louvre (no Louvre de então onde toda a arte da Europa estava reunida), não pareceu perturbado. Disse: "Muito bem! Vou refazê-lo". Em rápidos esboços que nunca assinou, ia compreendendo e apoderando-se de tudo. E, sem 1815, teria cumprido a palavra. São assim as paixões, as fúrias da bela idade.

Mais complicado ainda, mais terrível era o meu problema histórico colocado como *ressurreição da vida integral*, não nas suas superfícies, mas nos seus organismos interiores e profundos. Nenhum homem sensato teria pensado nisso. Por sorte, não o era.

Na brilhante manhã de Julho, a sua vasta esperança, a sua poderosa electricidade, essa iniciativa sobre-humana não intimidou um jovem coração. Nenhum obstáculo em determinadas horas. Tudo se simplifica pela chama. Mil coisas baralhadas resolvem-se aí, encontram aí as suas verdadeiras relações, e (harmonizando-se) iluminam-se. Muitas molas, inertes e pesadas se jazem à parte, rolam por si só se forem recolocadas no conjunto.

Foi esta a minha fé pelo menos, e este acto de fé seja qual for a minha fraqueza, age. Este movimento imenso abalou-se sob os meus olhos. Estas forças variadas, tanto de natureza como de arte, procuraram-se, arranjaram-se, ao princípio desajeitadamente. Os membros do grande corpo, povos, raças, regiões, ordenaram-se do mar ao Reno, ao Ródano, aos Alpes, e os séculos marcharam da Gália para a França.

Todos, amigos, inimigos, disseram "que era vivo". Mais quais são os verdadeiros sinais bem certos da vida? Por certa destreza obtém-se

animação, uma espécie de calor. Por vezes o galvanismo parece ultrapassar a própria vida pelos seus saltos, esforços, contrastes opostos, surpresas, pequenos milagres. A verdadeira vida tem um sinal muito diferente, a sua continuidade. Nascida de um jacto, dura, e cresce placidamente, lentamente *uno tenore*. A sua unidade não é a de uma pequena peça de cinco actos, mas (num desenvolvimento muitas vezes imenso) a harmoniosa identidade da alma.

A mais severa crítica, se julgar o conjunto do meu livro, não desconhecerá aí essas altas condições de vida. Não foi de modo algum precipitado, forçado; teve, pelo menos, o mérito da lentidão. Do primeiro ao último volume, o método é o mesmo; é este numa palavra na minha Geografia, no meu Luis XV, e na minha Revolução. O que não é menos raro num trabalho de tantos anos, é que a forma e a cor apóiam-se aí. As mesmas qualidades, os mesmos defeitos. Se estes tivessem desaparecido, a obra seria mais heterogénea, sem cor, teria perdido a sua personalidade. Tal como é, mais vale que continue harmoniosa e um todo vivo.

Quando comecei, existia um livro de génio, o de Thierry. Sagaz e penetrante, delicado intérprete, grande escultor, admirável operário, mas demasiado sujeito a um mestre. Este mestre, este tirano, é o ponto de vida exclusivo, sistemático, da perpetuidade das raças. O que faz, no total, a beleza desse grande livro, é que com este sistema, que se julgaria fatalista, por todo o lado se sente respirar em baixo um coração comovido contra a força fatal, a invasão, tudo cheio da alma nacional e do direito da liberdade.

Amei-o muito e admirei-o. Contudo, di-lo-ei? Nem o material nem o espiritual me bastava no seu livro.

O material, a raça, o povo que a continua, pareciam-me precisar que se colocasse por baixo uma boa base, a terra que os sustentava e os alimentava. Sem uma base geográfica, o povo, actor histórico, parece andar no ar como nas pinturas chinesas em que falta o solo. E notem que este solo não é apenas o teatro da acção. Pelo alimento, o clima, etc., influi aí de cem maneiras. Filho de peixe saber nadar. Tal pátria, tal homem.

A raça, elemento forte e dominante nos tempos bárbaros, antes do grande trabalho das nações, é menos sensível, é fraca, quase apagada, à medida que cada uma se elabora, se personifica. O ilustre Sr. Mill diz muito bem: "Para se dispensar do estudo das influências morais e sociais,

seria um meio demasiado fácil atribuir as diferenças de carácter, de comportamento, a diferenças naturais indestrutíveis".

Contra aqueles que perseguem este elemento de raça e o exageram nos tempos modernos, separei da própria história um facto moral enorme e demasiadamente pouco notado. É o poderoso *trabalho de si sobre si* em que a França, pelo seu progresso próprio, vai transformando todos os seus elementos brutos. Do elemento romano municipal, das tribos alemãs, do clã céltico, anulados, desaparecidos, tiramos com o tempo resultados diferentes e até mesmo contrários, em grande parte, a tudo o que os precedeu.

A vida tem sobre ela mesma uma acção de pessoal criador, que, de materiais pré-existentes, nos cria coisas absolutamente novas. Do pão, frutos, que comi, fiz sangue vermelho e salgado que em nada lembra esses alimentos de onde os tiro. Vai assim a vida histórica, vai assim cada povo que se faz, se engendra, misturando, amalgamando elementos, que aí ficam sem dúvida no estado obscuro e confuso, mas são muito pouca relativamente ao que o longo trabalho da grande alma fez.

A França fez a França, e o elemento fatal de raça parece-me secundário. É filha da sua liberdade. No progresso humano, a parte essencial é da força viva, a que se chama homem. *O homem é o seu próprio Prometeu.*

Em resumo, a história tal como a via nesses homens eminentes (e vários admiráveis) que a representavam parecia-me fraca nos seus dois métodos:

Demasiado pouco material, tendo em conta as raças, não o solo, o clima, os alimentos, tantas circunstâncias físicas e fisiológicas.

Demasiado pouco espiritual, falando das leis, dos actos políticos, não das idéias, dos costumes, não do grande movimento progressivo, interior, da alma nacional.

Sobretudo pouco curiosa do pequeno detalhe erudito, onde o melhor, talvez, continuava enterrado nas fontes inéditas.

A minha vida esteve neste livro, passou nele. Foi o meu único acontecimento. Mas esta identidade do livro e do autor não tem um perigo? A obra não está colorida com os sentimentos, com o tempo daquele que a fez?

É o que se vê sempre. Nenhum retrato tão exacto, tão conforme ao

modelo, que o artista não lhe ponha um pouco de si. Os nossos mestres em história não se subtraíram a esta lei. Tácito, no seu Tibério, também se descreve como o aniquilamento do tempo, “os quinze longos anos” de silêncio. Thierry, ao contar-nos Klodowig, Guilherme e a sua conquista, tem o sopro interior, a emoção da França invadida recentemente e a sua oposição ao reinado que se parecia o do estrangeiro.

Se isto é um defeito, devemos confessar que nos presta bons serviços. O historiador que o não tem, que começa a apagar-se aos escrever, a não ser, a seguir por detrás da crónica contemporânea (como Barante fez em relação a Froissart), não é historiador. O velho cronista, muito encantador, é absolutamente incapaz de dizer ao seu pobre criado que o segue, o que é grande, o triste, o terrível século XIV. Para o saber, são precisas todas as nossas forças de análise e erudição. É preciso um grande engenho que penetre nos mistérios, inacessíveis a este contador. Qual engenho, que meio? A personalidade moderna, tão poderosa e engrandecida.

Ao penetrar cada vez mais no objecto, ama-se, e a partir daí olha-se para ele com um interesse crescente. O coração comovido à segunda vista, vê mil coisas invisíveis ao povo indiferente. A história, o historiador misturam-se neste olhar. É bem? É mal? Aqui opera-se uma mudança que não se descreveu e que devemos revelar:

É que a história, no progresso do tempo, faz o historiador muito mais do que é feita por ele. Se saiu de mim em primeiro lugar, da minha tempestade (ainda perturbada) de juventude, deu-me muito mais em força e em luz, mesmo em calor fecundo, em força real de ressuscitar o passado. Se nos parecermos, está bem. Os traços que ele tem de mim são em grande parte aqueles que lhe devia, que tive dele.

MICHELET, Jules. *Prefácio para a História da França*, para a edição de 1869. (Texto relatado por J. EHRARD e G. PALMADE, *L'Histoire*, Armand Collin, 1965, p. 261-265).

ANEXO 2

G. MONOD – OS PRINCÍPIOS DA REVISTA HISTÓRICA

Os princípios da *Revista Histórica*

Gustave MONOD

Pretendemos permanecer independentes de qualquer opinião política e religiosa, e a lista dos homens eminentes que quiseram conceder o seu patrocínio à *Revista* prova que julgam este programa realizável. Estão longe de professar todas as mesmas doutrinas em política e em religião, mas pensam connosco que a história pode ser estudada em si mesma, e sem se preocupar com as conclusões que podem ser tiradas a favor ou contra esta ou aquela crença. Sem dúvida as opiniões particulares influenciam sempre numa determinada medida a maneira como se estuda, como se vê e como se julgam os factos ou os homens. Mas devemos esforça-nos por afastar essas causas de prevenção e de erro para só julgarmos os acontecimentos e os personagens em si mesmos. Admitiremos aliás opiniões e apreciações divergentes, com a condição de que sejam apoiadas em provas seriamente discutidas e em factos, e que não sejam simples afirmações. A nossa *Revista* será uma colectânea de ciência positiva e de livre discussão, mas encerrar-se-á no domínio dos factos e permanecerá fechada às teorias políticas ou filosóficas.

Portanto não teremos nenhuma bandeira; não professaremos nenhum credo dogmático; não nos alistaremos sob as ordens de nenhum partido; o que não quer dizer que a nossa *Revista* seja uma "Babel" onde todas as opiniões virão manifestar-se. O ponto de vista estritamente científico onde nos colocamos bastará para dar à nossa colectânea a unidade de tom e de carácter. Todos aqueles que se colocam neste ponto de vista têm em relação ao passado um mesmo sentimento: uma simpatia respeitosa, mas independente. O historiador não pode com efeito compreender o passado sem uma certa simpatia, sem esquecer os seus próprios sentimentos, as suas próprias idéias para se apropriar por um instante dos homens de outrora, sem se pôr no seu lugar, sem julgar os factos no meio onde se produziram. Aborda ao mesmo tempo esse passado com um sentimento de respeito, porque sente melhor do que ninguém os mil laços que nos ligam aos antepassados; sabe que a nossa vida é formada pela sua, as nossas virtudes e os nossos vícios das suas boas e das suas más acções, que somos solidários de umas e das outras. Há algo de filial no respeito com

que ele procura penetrar na sua alma; considera-se como o depositário das tradições do seu povo e das da humanidade.

Ao mesmo tempo, o historiador conserva todavia a perfeita independência do seu espírito e em nada abandona os seus direitos de crítico e de juiz. As tradições antigas dos elementos mais diversos são o fruto de uma sucessão de períodos diferentes, mesmo de revoluções, que, cada uma no seu tempo e por sua vez, tiveram todas a sua legitimidade e utilidade relativas. O historiador não é o defensor de umas contra as outras; não pretende suprimir umas da memória dos homens para dar às outras um lugar imerecido. Esforça-se por discernir as suas causas, definir o seu carácter, determinar os seus resultados no desenvolvimento geral da história. Não põe um processo à monarquia em nome da feudalidade, nem a 89 em nome da monarquia. Mostra os laços necessários que ligam a Revolução ao Antigo Regime, o Antigo Regime à Idade Média, a Idade Média à Antiguidade, notando sem dúvida os erros cometidos e que é bom conhecer para evitar o seu regresso, mas lembrando-se sempre de que o seu papel consiste antes de tudo em compreender e em explicar, não em louvar ou em condecorar (...).

(...) A nossa época, mais do que qualquer outra, é própria para este estudo imparcial e simpático do passado. As revoluções que abalaram e perturbaram o mundo moderno fizeram dissipar-se nas almas os respeitos supersticiosos e as venerações cegas, mas fizeram compreender ao mesmo tempo tudo o que um povo perde de força e de vitalidade quando rompe violentamente com o passado. No que respeita especialmente à França, os acontecimentos dolorosos que criaram na nossa Pátria partidos hostis ligando-se cada um a uma tradição histórica especial, e aqueles que mais recentemente mutilaram a unidade nacional lentamente criada pelos séculos, criam-nos o dever de despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história. E apenas por isso que todos podem compreender o laço lógico que liga todos os períodos do desenvolvimento do nosso país e mesmo todas as suas revoluções; é por isso que todos se sentirão os rebentos do mesmo solo, os filhos da mesma raça, não renegando nenhuma parte da herança paterna, todos filhos da velha França, e ao mesmo tempo todos cidadãos pela mesma razão da França moderna.

E assim que a história, *sem se propor outro fim e outro objectivo a*

não ser o lucro que se tira da verdade, trabalha de uma maneira secreta e segura para a grandeza da Pátria ao mesmo tempo que para o progresso do género humano.

A Revista Histórica, n.º 258, Abril-Junho de 1976, pp. 322-324 (extractos) (Retomada do texto original do "Manifesto", de 1876: G. Monod, "Do progresso dos estudos históricos em França")